



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
CURSO DE JORNALISMO

CALIANNE LIMA CELEDÔNIO

**RADIODOCUMENTÁRIO “MULHERES NA POLÍTICA: PARIDADE
POSSÍVEL”**

FORTALEZA
2021

CALIANNE LIMA CELEDÔNIO

**RADIODOCUMENTÁRIO “MULHERES NA POLÍTICA: PARIDADE
POSSÍVEL”**

Trabalho laboratorial apresentado ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo sob a orientação do Prof. Ismar Capistrano Costa Filho.

FORTALEZA
2021

Página reservada para ficha catalográfica.

DEDICATÓRIA

Dedico às mulheres que ousam lutar.

AGRADECIMENTOS

Conquistas como essa sempre são feitas a muitas mãos. Agradeço antes de tudo à minha mãe Adriana e ao meu pai Carlos, duas pessoas fundamentais e presentes em todo e qualquer sucesso que eu alcance. Minha gratidão eterna a vocês por acreditarem em mim e me amparar em cada passo do caminho. Não foram poucos e nem sempre foram fáceis. Obrigada por me darem os meios para que esse trabalho se concretizasse. Agradeço ao meu irmão, o ser humano mais incrível que já pus os olhos.

Quero agradecer toda minha família, especialmente à Suellen e meus padrinhos por me acolherem. Aos meus amigos por sempre enxergarem potencial na minha trajetória e por se orgulharem nos momentos de êxito. Todos vocês são um combustível lindo que alimenta a vontade de fazer mais e melhor.

Agradeço a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e todos os professores de Comunicação por estarem comigo no início da minha formação. Meu muito obrigada à Universidade Federal do Ceará por me receber, instruir e me impulsionar a ser a acadêmica e profissional que me torno. Todo meu respeito à universidade pública gratuita e de qualidade.

Obrigada, professor Ismar Capistrano, orientador deste projeto, por me ajudar, incentivar e aconselhar em todas as etapas do processo até o “Mulheres na política: paridade possível” tomar forma.

Por fim, sou grata a todas as mulheres que participaram deste radiodocumentário e tornaram ele possível. Cada história, relato, caso e análise é encorajamento para que outras mulheres cheguem aos cargos políticos

Sumário

RESUMO	7
ABSTRACT	8
Introdução	9
1. Rádio: meio e mensagem	11
1.1. A linguagem Radiofônica	11
1.2. Os gêneros e formatos	14
2. Feminismo e política	17
2.1. O sufrágio feminino no Brasil	17
2.2. As políticas públicas	19
2.3. A discussão de gênero e política	21
3. Etapas de elaboração do radiodocumentário	24
3.1. Pré-produção	24
3.2. Produção	26
3.3. Pós-produção	29
4. Considerações finais	31
Referências	32
APÊNDICE	35
APÊNDICE A - Lista de entrevistadas	35
APÊNDICE B - Pautas das entrevistas	36
APÊNDICE C - ROTEIRO	51

RESUMO

As mulheres são 52% da população no Brasil, no entanto, atualmente não chegam a 15% dos cargos eletivos no país. A baixa representatividade se repete em todos os espaços políticos e de decisão. O radiodocumentário “Mulheres na política: paridade possível” buscou contribuir para o desenvolvimento do senso crítico da sociedade sobre o tema através da utilização de uma linguagem simples e acessível, característica comunicacional do rádio. O referencial teórico do tema proposto embasou as informações contidas no roteiro do produto. Considerando o levantamento de dados, temas de interesse e fontes especializadas, foram realizadas entrevistas, transcrições e decupagens para a construção da narrativa assim como para a gravação de locução, edição e inserção de recursos sonoros de vinhetas e trilhas sonoras. Esses processos resultaram em uma produção dividida em três blocos: o histórico do feminino na política, políticas afirmativas para garantir mais mulheres nesses cargos e a liderança feminina em movimentos sociais. Por fim, o presente trabalho concluiu que o debate proposto no radiodocumentário é de uma questão sistemática, que exige mudança de comportamento social. Dessa forma, o projeto experimental opera como instrumento dessa transformação necessária.

Palavras-chave: Mulheres; Paridade; Política; Radiodocumentário

ABSTRACT

Women are 52% of Brazilian population. However, they currently do not reach 15% of public elective positions in the country. The low representativity also occurs in every political and decision-making position. The radio documentary “Women in politics: possible parity” sought to contribute to the development of social critical sense on the topic through the use of a simple and accessible language, a communicational characteristic of the radio. The theoretical framework of the proposed theme supported the information contained in the product script. Interviews, transcriptions and decoupages were carried out considering the data collection, topics of interest and specialized sources for the narrative construction as well as for the recording of voiceover and insertion of sound resources from vignettes and soundtracks. These processes resulted in a production divided into three blocks: the history of women in politics, affirmative policies to guarantee more women in these positions and female leadership in social movements. Finally, the conclusion of the present work is that the debate proposed in the radio documentary is a systemic issue, which requires a change in social behavior. Thus, the experimental project operates as an instrument of this necessary transformation.

Keywords: Women; Parity; Politics; Radio documentary

Introdução

Historicamente as mulheres tiveram seus direitos retirados em diversas questões da sociedade e na política não foi diferente. O voto feminino só foi legalizado nacionalmente na década de 30 no Brasil. Não tem nem um século. Mesmo com os avanços observados e o contínuo ganho de espaço na sociedade, a realidade do feminino ainda está longe do igualitário quando falamos de oportunidades.

Além de trazer luz a essa discussão, o projeto experimental “Mulheres na política: paridade possível” busca de alguma forma possibilitar o desenvolvimento de criticidade no ouvinte. É por meio do radiodocumentário como produto jornalístico que surge a proposta de suscitar esse debate. A produção conta com 30 minutos de áudio distribuídos em entrevistas, locução e transições sonoras que procuraram explicar o porquê da dificuldade em vermos uma mulher em cargos políticos. Além disso, também foi uma preocupação entender como as políticas públicas nesse sentido estão sendo pensadas e se estão sendo satisfatórias, na prática.

A necessidade de produzir sobre a presença de mulheres na política partidária surge em um contexto no qual somente 12,3% dos cargos eletivos no país são ocupados por mulheres que representam 52% da população brasileira de acordo com dados do Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE). Os dados sobre a sub-representação das mulheres nos cargos eletivos são do Mapa da Política de 2019. Esses números fazem do Brasil um dos piores países no que diz respeito à representação feminina na política. Tendo em mente esse cenário, a produção do radiodocumentário é pertinente por evidenciar e oferecer à sociedade um trabalho jornalístico com discussão aprofundada utilizando o rádio. Além disso, ao utilizar o radiodocumentário como produto, se estabelece um meio de realizar a disseminação do conteúdo de uma maneira mais fácil, graças à possibilidade que a produção de rádio tem de ser veiculada em outras plataformas e mídias como o podcast.

No que diz respeito ao caminho narrativo, a proposta segue uma ordem cronológica considerando o desenvolvimento do debate sobre a inserção de mulheres na política e os vários percalços enfrentados para a mínima efetivação da participação do feminino nos pleitos, assim como a trajetória de mulheres que atuam em cargos de liderança.

A produção oferece material para inferir acerca da participação feminina no âmbito político, permeando políticas públicas, movimentos sociais, discussões de gênero e os aspectos históricos sobre a temática. Traz também a possibilidade de depreender sobre as características do jornalismo no rádio atualmente, como documentário, em um contexto de constante convergência com outras ferramentas multimídias que alteram o acesso dos indivíduos ao que se passa no mundo.

Dessa forma, o radiodocumentário se concentra não só em “olhar” a situação e o objeto de estudo de uma maneira superficial, mas também proporciona a oportunidade de uma descrição dos sujeitos envolvidos, tendo em vista suas ações; bem como do espaço a ser analisado, considerando a estrutura física e conjuntura social ao qual está inserido. A ideia foi destrinchar as particularidades observadas no contexto social e as políticas públicas destinadas ao fortalecimento da presença feminina na política tradicional. A metodologia utilizada para a produção descreve e interpreta o conteúdo de toda classe de documentos, textos e especialmente entrevistas. Essa investigação, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados em um nível que vai além de uma leitura ou do senso comum.

Para fundamentar o produto é trazido teorias sobre a função do rádio na sociedade, bem como o modelo de linguagem e formato utilizado pelo meio de comunicação. Essas características evidenciam a oralidade e diálogo com todas as camadas sociais, como aponta (DORNE e col 2015 apud SILVA, 1999). Associada aos paradigmas que englobam o rádio como meio de comunicação popular, DETONI (2007) estabelece métodos pertinentes na produção do radiodocumentário, assim como a categorização de gêneros analisada por Ferraretto (2014). Já o conteúdo relacionado à tentativa de entender a mulher como sujeito político, apontado por SABINO (2015) é desenvolvido entre o sufrágio feminino, o desenvolvimento da Lei de Cotas de gênero e políticas públicas, além das discussões sociológicas acerca do tema.

1. Rádio: meio e mensagem

Mesmo diante do advento de outros meios de comunicação e plataformas, o rádio permanece como agente ativo no que diz respeito ao consumo e produção de conteúdo. Através da presença do rádio em domicílios brasileiros ao longo das décadas, foi possível observar a função social que ele ocupa, na medida em que proporciona serviços de utilidade pública (SILVA, 1999 apud DORNE e col 2015). A produção radiofônica evidencia o caráter de proximidade, capaz de atingir individualmente o ouvinte e, em simultâneo, criar um senso de coletividade, reforçando a cultura de uma comunidade (MODESTO; GUERRA, 2011). Dados da pesquisa Kantar IBOPE Media de 2020 apontam que, na região Nordeste, 79% da população consome rádio. Em Fortaleza e região metropolitana, a porcentagem chega a 82%. Além disso, a pesquisa ainda aponta que três a cada cinco ouvintes escutam rádio diariamente.

A pesquisa revela o caráter popular e coloquial da produção radiofônica. Portanto, a produção do radiodocumentário “Mulheres na Política: paridade possível” buscou explorar a capacidade de alcance individual do meio de comunicação de modo a difundir o conhecimento técnico da temática. O debate e a reflexão sobre a presença de mulheres na política abordado no projeto vale-se da compreensão dos conceitos acerca da linguagem, do gênero e do formato de rádio, vistos a seguir.

1.1. A linguagem Radiofônica

Ferraretto (2014) mostra as transformações tecnológicas que o rádio continua sofrendo, de forma que a produção de conteúdo independente passa a dispor de três caminhos principais: rádio na web; web rádio e podcasting. Todos estes formatos têm em comum a linguagem radiofônica, que estabelece a internet como modo de transmissão. Ainda que a transmissão hertziana seja a principal distribuidora de conteúdo, a webtransmissão vem afetando o senso de comunidade promovido pelo meio de comunicação. Desse modo, segundo Modesto e Guerra (2011, p. 11), se faz necessário “resgatar as características iniciais do rádio como veículo educativo de mudança social e reforço da cidadania”.

Essa linguagem no rádio marcada pela oralidade permite não apenas uma maior aproximação com o ouvinte, mas devido ao seu amplo alcance, também oportuniza diálogos entre diferentes camadas sociais. Desse modo, o projeto experimental buscou

atrelar a clareza que o rádio tem com uma interlocução educativa, capaz de promover mudança social. Essa escolha reforça a ideia de que fazer um radiodocumentário sobre representatividade feminina na política favorece o entendimento das questões quanto à presença das mulheres nas decisões públicas e na construção da cidadania.

Para além da estrutura sintática no radiojornalismo, Silva (1999) ressalta as especificidades no processo de tradução do escrito para o oral. A voz atua como um segundo elemento na tradução uma vez que confere o tom e a personalidade com que o tema será tratado ao ser ouvido. Nesse sentido, o material de rádio passa por um desempenho e interpretação, submetidos às características do meio, tanto do ponto de vista político-social quanto do momento histórico em que é elaborado.

A linguagem simples e objetiva, inerente a quase todas as formas de produção jornalística, ganha no rádio uma nova dimensão, pois, além de transmitir as informações, é preciso persuadir o ouvinte a permanecer atento ao que lhe é dito. Nesse caso, a entonação adotada pelo locutor também é responsável. Tanto para dar o tom da produção quanto pela absorção do conteúdo pelo ouvinte. É a entonação, dentre outros recursos, que incitam ao ouvinte, sentimentos, ideias ou sensações, e ampliam assim, a imaginação através do som (OLIVEIRA e VIEIRA, 2010). A sonoridade passa a determinar de que maneira o espectador irá assimilar o conteúdo, visto que a narrativa literária difere da narrativa sonora. Nos elementos literários, é viável reler determinado trecho, obter descrições de cenário e refletir sobre o que é lido. Já a narrativa sonora se dá por um texto de fácil entendimento de forma que “o recurso será apenas sonoro, daí a necessidade de utilizar-se de descrições eficazes, que possam produzir na mente dos ouvintes uma imagem que muitas vezes transcende ao real” (OLIVEIRA e VIEIRA, 2010, p. 5).

Algumas particularidades no modo como as informações são passadas através da voz podem determinar a intencionalidade e finalidade do discurso a qual a palavra falada se propõe no rádio. Além do texto escrito, é preciso ponderar de que maneira essas informações serão repassadas. Ferraretto (2014) considera algumas peculiaridades da fala no rádio, dependendo do intuito pretendido. Pode ser enunciativa ao apenas transmitir as informações sem sentido simbólico; programática quando promove continuidade da narrativa; descritiva por especificar cenários ou personagens; narrativa, mostrando uma ação entre espaço e tempo; expressiva ao indicar estados de ânimo e, por último, argumentativa quando se usa na defesa ou explicação de ideias de forma

opinativa. Todas essas maneiras de transmitir o texto escrito para o texto falado estão diretamente ligadas ao tipo de mensagem que o emissor pretende expressar.

De acordo com Ferraretto (2014), a linguagem radiofônica pode englobar a fala, a música, os efeitos sonoros e, inclusive, o silêncio, que podem ser usados de forma combinada ou isolada. Esses recursos garantem ao rádio uma linguagem ampla e diversa, de modo que “se estabeleça um pacto de natureza dinâmica entre emissor e receptor”. No que diz respeito aos recursos sonoros, Oliveira e Viana (2010) apontam de que maneira esses elementos impactam de forma sensorial o ouvinte:

Os recursos sonoros funcionam como um elemento semiótico que interage diretamente com o imaginário do ouvinte, por meio dela o ouvinte chora, ri e até pode ser despertado para ira, ao associar o que ouve às suas experiências vividas e à visão que tem do mundo. No que tange ao silêncio, mencionam-se aqui as interrupções cujo objetivo seria despertar no ouvinte o ato reflexivo e ainda acentuar ou reduzir determinados aspectos dramáticos contidos na voz do comunicador. (OLIVEIRA e VIEIRA, 2010, p. 4).

É essa capacidade de incitar distintas formas de assimilação do conteúdo e de estratégias discursivas que ratifica a versatilidade da produção radiofônica. Através de recursos sonoros é possível imergir em cenários descritos por sons. Efeitos sonoros e sonoplastia inserem aspectos cotidianos na narrativa de modo que se tornam uma extensão da realidade em que vivemos. No entanto, é necessário utilizar de forma ordenada esses elementos, dado que, criados sem coesão, são apenas ruídos incapazes de reproduzir o meio e acontecimentos (FREIRE; LOPEZ, 2011). Os efeitos sonoros podem criar uma “representação de objetos reais ou imaginários” (VIANA, 2014), além de sugerir cenários específicos, por exemplo, o de suspense em uma radionovela, ou mesmo o ruído característico que marca a hora durante a programação da emissora. Todos esses elementos de efeitos e trilhas, segundo Freire e Lopez (2011), devem trabalhar para despertar a sensorialidade no ouvinte sem que a informação propriamente dita fique dispersa ou em segundo plano.

Outros elementos também constituem possibilidades de recursos com potencialidades narrativas, como as trilhas sonoras e o silêncio, já apontadas por Ferraretto (2014) e Viana (2014). O silêncio no conteúdo radiofônico age como meio de provocar reflexão ou choque e também comunica. Podem ser utilizados para representar luto, a ambientação de um espaço e até indicar o início e o fim de cenas (ANTÓN, 2005 apud VIANA, 2014). Já as trilhas têm função estética de representar emoções ou de

auxiliar na descrição de cenários. Freire e Lopez (2011) observam que a escolha da trilha deve ser harmônica com o tipo de informação passado, dessa forma, a “informação textual oralizada” pode ser complementada com esses recursos. Mediante o equilíbrio de todos os componentes que constituem a linguagem radiofônica, indo desde o texto oralizado até os recursos sonoros, o espectador consegue compreender a informação em sua completude. Essa informação é organizada dentro do rádio em determinados gêneros e formatos que serão descritos a seguir.

1.2. Os gêneros e formatos

A literatura acadêmica que debate os gêneros jornalísticos tem um histórico que data da década de 1950. É válido ressaltar, no entanto, que essas discussões surgem no campo da literatura e linguística, posteriormente sendo adaptadas para a realidade da comunicação e do jornalismo (LOPEZ; MATA, 2009). Para José Marques de Melo e Francisco Assis (2016, p. 45), os gêneros “devem ser considerados como artifícios instrumentais que auxiliam a indústria midiática a produzir conteúdos, consistentes e eficazes, em sintonia com as expectativas da audiência”.

Ao aplicarmos essas noções no rádio, a categorização de gêneros radiofônicos é estudada por acadêmicos da área como uma forma de compreender de que maneira o rádio transmite a realidade. Sena (2014) reúne teóricos que atribuem diferentes divisões de gênero no rádio. Barbosa Filho (2009 apud SENA, 2014) identifica-os em: jornalístico, educativo-cultural, de entretenimento, publicitário, propagandístico, de serviço e especial. Já Faus Belau (1973 apud SENA, 2014) considera os gêneros de informação; documentação; criação e entretenimento. Apesar da distinção, todos têm o propósito de informar o ouvinte a partir de diferentes perspectivas.

Ferraretto (2014) entende que os gêneros radiofônicos compõem um modo específico, capazes de se adequar a esse meio de comunicação. Outra maneira de entender os gêneros jornalísticos no rádio é a partir da percepção de que essas divisões correspondem a uma classificação mais ampla, abordando de que maneira o ouvinte espera consumir o conteúdo (SENA, 2014).

Para a produção do projeto experimental, é seguido os apontamentos de Ferraretto (2014) sobre gêneros no rádio. De acordo com o autor eles podem ser divididos em: gênero informativo, quando se limita a narrar o fato de forma concisa e alinhada ao texto radiofônico; gênero opinativo, que integra o juízo de valor do locutor

sendo necessário deixar claro a notícia do conteúdo opinativo; diversional, relacionado à utilização de técnicas ficcionais e de literatura no conteúdo radiofônico. Além dessas três categorias, Ferrareto ainda concebe os gêneros utilitário e interpretativo. O primeiro diz respeito a matérias de serviço ao público como as referências à hora e temperatura durante a programação da rádio. O segundo, é o que nos interessa por abranger o que propõe o radiodocumentário “Mulheres na Política: paridade possível”. Ou seja, a partir do gênero interpretativo, o radiodocumentário dá um caráter qualitativo ao conteúdo jornalístico situando e contextualizando o ouvinte à narrativa.

Além dos conceitos acerca de gênero jornalístico, os formatos também refletem de que maneira a informação será consumida. Os formatos na produção jornalística funcionam como uma extensão dos conceitos de gênero na medida em que resultam em um instrumento no modo de como os emissores decidem transmitir os conteúdos selecionados. Outro ponto importante no que se refere aos formatos, é a fluidez nos estilos e mecanismos de comunicação com os espectadores, que muitas vezes “esperam essa diversidade de formas” (MELO; ASSIS, 2016).

Ao afunilar a noção para as produções radiofônicas, Ferrareto (2014 p. 59) entende os formatos como um “padrão que baseia a marcação do tempo destinado aos conteúdos jornalísticos, de serviço, de entretenimento, musicais e educativos em relação às parcelas ocupadas pelo intervalo comercial”. Já Lucht (2009) conceitua os formatos como emissões que caracterizam um gênero jornalístico e segue os mesmos parâmetros de estilo, estrutura e conteúdo. Essa estrutura de organização da programação facilita tanto a produção dos jornalistas quanto a recepção do ouvinte aos conteúdos.

A diferença entre os formatos pode ainda, segundo Luiz Artur Ferrareto, abarcar três características:

Em uma emissora de rádio o processo de formatação engloba simultaneamente: (1) a demarcação da sua linha de programação, uma ideia geral dos padrões de conteúdo e de forma em relação ao conjunto de mensagens que se prevê que sejam transmitidas aos ouvintes; (2) a modelagem interna de cada programa; e (3) a adequação deste à grade horária, tanto do dia em si quanto da semana. (FERRARETO, 2014, 63).

Os formatos radiofônicos comportam inúmeros modos de veiculação de conteúdo, seja a partir de produções mais simples e curtas ou de produtos com exigência de pesquisa e maior elaboração, como é o caso do radiodocumentário. Nesse contexto,

considerando as reflexões no que se refere a gêneros e formatos radiofônicos, o projeto experimental proposto se configura como o formato de radiodocumentário, fruto do gênero interpretativo.

O radiodocumentário é caracterizado por abordar temas com maior detalhamento, em um tempo superior a de uma grande reportagem. Essa categoria de produto também “exige uma produção mais acurada, com pesquisa aprofundada, levantamento de dados, apuração com fontes diversas” (PESSOA, 2010 p.496). Apesar de não ser amplamente produzido no Brasil, o radiodocumentário pode ser usado de forma dinâmica ao disseminar fatos amparados por evidências que relatam a importância de determinada temática ao ouvinte (DORNE; SANTOS; GONÇALVES, 2015).

Para Detoni (2007), o radiodocumentário pode ter quatro categorias de abordagens, considerando a melhor forma de como o tema proposto se adapta: documentários jornalísticos, em que são pautadas questões contemporâneas de forma abrangente; documentários históricos, no qual o passado é retratado; documentários culturais, com temática central a arte e os documentários de abordagem filosófica ou psicológica, aborda temas mais abstratos como crença, raça, relações.

Detoni (2007) ainda estabelece outras possibilidades na produção de um radiodocumentário como a classificação da narrativa, o processo de planejamento do documentário para o rádio, além do uso de sons ambientais e música no produto final. Assim como Silva (1999), Detoni esclarece de que forma as técnicas de narração, um dos elementos principais do rádio, podem auxiliar na clareza e na história que o radiodocumentário procura contar.

As análises sobre radiodocumentário e a produção radiofônica de uma forma geral, por meio dos gêneros e formatos, se mostram indispensáveis para embasar a produção do projeto “Mulheres na política: paridade possível”. Assim como esses estudos, o debate sobre a falta de equidade entre homens e mulheres nos cargos eletivos brasileiros também é de fundamental relevância para a coerência do projeto experimental e para o entendimento da conjuntura social na qual estamos inseridos. Dessa forma, o capítulo seguinte se preocupa em abordar algumas das questões centrais acerca do tema abordado neste radiodocumentário.

2. Feminismo e política

O processo de inserção das mulheres na política, processo este que ainda é contínuo, é um reflexo do papel direcionado às mulheres na sociedade. O mundo moderno, a partir da instituição da família burguesa, designou ao gênero feminino tarefas e lugares sociais voltados para a vida privada, ou seja, para o lar por meio do cuidado da casa e dos filhos. Isso permitiu que homens tivessem a liberdade para buscar protagonismo na vida pública, participando ativamente de decisões políticas, econômicas e sociais (COELHO; BAPTISTA, 2009). O contexto social que se desenha, portanto, é carregado de atribuições pré-determinadas por gênero que resultam na exclusão das mulheres desse espaço público e da política.

2.1. O sufrágio feminino no Brasil

A luta para que mulheres estejam em espaços de decisão data de muito antes do direito ao primeiro voto ou da primeira eleita. Segundo Coelho e Baptista (2009), a primeira demonstração ativista por direitos de mulheres brasileiras foi na década de 1880, com a atividade filantrópica de mulheres da alta sociedade. Essa reivindicação de espaço social ainda é, na visão das autoras, secundário, visto que é uma extensão da divisão sexual do trabalho que já estava instituída no qual mulheres eram designadas a trabalhos de cuidado. Exemplo dessa invisibilidade é a constituição da Primeira República do Brasil, que exigia que os eleitores fossem do sexo masculino, maiores de 21 anos e com determinada renda anual. A justificativa para a exclusão de mulheres era a de que elas eram subordinadas aos seus maridos ou pais, não possuindo poder de escolha. (BESTER, 1997).

No entanto, o texto da legislação não excluiu explicitamente as mulheres de votarem, optou por citar “cidadãos” de maneira geral. Para Couto (2012), a figura da mulher sequer foi pensada como dotada de direitos, de forma que não foi visto como medida necessária especificar a não participação feminina no processo eleitoral do país. Algumas mulheres, valendo-se dessa lacuna na lei, solicitaram junto ao Estado o direito de voto, porém tiveram as decisões favoráveis revogadas por serem casos isolados. Mesmo diante dessa derrota, a ideia do sufrágio feminino permaneceu recorrente (COELHO; BAPTISTA, 2009). Essas articulações da época tiveram grande influência dos movimentos feministas já em crescimento nos Estados Unidos e Europa, com um

pensamento político liberal e de direito ao voto. “O desejo pela conquista do sufrágio feminino ficou conhecido como a primeira onda do movimento feminista e as mulheres pioneiras nessas reivindicações ficaram conhecidas como as *suffragettes*” (COUTO, 2009, p. 18).

Para que a decisão fosse aprovada, inúmeros grupos organizados de mulheres pressionaram os constituintes. Para Bester (1997), um dos grandes destaques vai para Bertha Lutz, que foi a “grande líder do movimento sufragista em seus últimos anos, tanto é que comumente o seu nome é o mais lembrado sempre que se toca no tema” (BESTER, 1997, p. 7). Bertha também foi responsável pela organização da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), que tinha dentre outras reivindicações, o voto feminino. Outro nome importante foi Leolinda Daltro, com a criação do Partido Republicano Feminino (PRF) que defendia maior independência e mobilização da mulher, o que incluía o direito ao voto. Couto (2012) argumenta que a iniciativa teve destaque por ser um partido político voltado para pessoas que não tinham direitos políticos.

A primeira conquista das sufragistas veio em 1927, com a instituição do voto feminino no estado do Rio Grande do Norte. José Augusto Bezerra de Medeiros, governador da época, na Lei nº 660, estabeleceu que no estado “poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei” (VIDIGAL, 2009, p. 3). Celina Guimarães Viana, professora mossoroense, foi a primeira mulher brasileira a votar por meio de uma legislação que anos depois se tornaria de amplitude nacional. Influenciado por organizações feministas e a lei estadual no Rio Grande do Norte, Getúlio Vargas autorizou, pelo Decreto Nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, que autorizou mulheres a votar e serem votadas. A medida foi determinada no Código Eleitoral do país e também reduziu a idade mínima de 21 para 18, mas manteve algumas restrições como a proibição de voto às analfabetas (BESTER, 1997).

A decisão do decreto foi assegurada após a aprovação da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934, especificada no artigo 108. Na eleição desse ano, uma única deputada foi eleita em meio a 214 homens. Esse resultado inexpressivo foi causado pela falta de força de feministas durante a eleição, preconceito enraizado da presença de mulheres na política e o não envolvimento de mulheres de todas as classes (COUTO, 2012). Posteriormente o Golpe de Estado promovido por

Getúlio Vargas causou um retrocesso nos direitos adquiridos e as mulheres só puderam votar novamente em 1946, em um contexto social diferente de quando a lei foi aprovada:

Nesse período, que coincidiu com o término da Segunda Guerra Mundial, voltou a prevalecer uma valorização do papel feminino associado ao lar, em torno do triângulo mãe-esposadona-de-casa, enquanto do homem se esperava cumprir o papel de provedor da família. [...] Ampliava-se, contudo, a presença das mulheres em diferentes espaços públicos, tanto sociais como profissionais, trazendo conflitos que, de certa forma, perduram até hoje, em função da necessidade de conciliar essas novas atividades com seu papel familiar. (COELHO; BAPTISTA, 2009, p. 7)

2.2. As políticas públicas

Embora mulheres tenham conquistado o direito de votar e serem votadas, a paridade de gênero na política ainda está longe de ser alcançada. A baixa expressão feminina em cargos do executivo e legislativo levaram o Estado, a partir da década de 1990, a estabelecer medidas que possibilitassem minimamente o aumento de mulheres na política, através da Lei de Cotas. Sabino e Lima (2015) afirmam que diante do direito de igualdade, o Estado tem o dever de fazer cumprir os direitos fundamentais, de forma que adotem medidas que possam promover a equidade de gênero.

É importante destacar que as leis de cotas surgem em um cenário de muitos avanços nos direitos políticos de mulheres em toda América Latina, no final do século XX. Essa resolução simultânea entre os países é relevante, pois mostra processos sociais de locais que tiveram uma formação histórica similar, marcada pela colonização e vistos como periféricos. Alguns países, no entanto, conseguiram avançar mais com a política de cotas do que outros (SALGADO; GUIMARÃES; ALTO, 2015). No Brasil, a primeira Lei de Cotas, de Nº 9.100, dialoga com os processos históricos da luta feminista no país. Para Sabino e Lima (2015), o século XX passou a entender a mulher como um sujeito político, no entanto, mesmo com esse reconhecimento, ainda não havia medidas suficientes para combater essa disparidade de direitos entre os gêneros. Nesse contexto surgiu a Lei de Cotas, com sua primeira implementação no Brasil em 1995, proposto pela então deputada federal Marta Suplicy.

A lei veio como uma alternativa, na tentativa de garantir maior representatividade feminina nas eleições. O texto da deliberação estabeleceu regras que

incluíam a reserva de vagas de candidaturas femininas para as eleições municipais do ano posterior, propondo que “vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres” (BRASIL, 1995, Art. 11, §3). Dois anos depois, a lei sofreu mudanças, na qual aumentou para 30% o número de reservas de candidaturas femininas.

Apesar dos esforços para buscar a paridade de gênero no âmbito da política institucional, a participação feminina ainda continuou próxima de inexistente. Somente em 2009, com a exigência mínima de candidaturas, é que foi possível iniciar o avanço da representatividade. A lei Nº 9.504, em atual vigor, determina que “o número de vagas resultante das regras previstas, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo” (BRASIL, 2009, Art. 6, § 3). Apesar do esforço para certificar uma representação igualitária, Araújo (2010) afirma que a legislação ainda é falha e não pune os partidos devidamente e a lista aberta, que não garante a nomeação de mulheres.

Reflete-se sobre o grau em que o não cumprimento das cotas decorre de fatores mais subjetivos, vinculados à ausência de compromissos dos líderes e dirigentes partidários para com o tema; e/ou, também, caberia incorporar uma perspectiva mais sistêmica e institucional: nesse caso, os resultados decorreram, também e talvez em maior grau, de decisões partidárias ‘mediadas por’ e ‘derivadas’ da interação entre o tipo de sistema eleitoral (lista aberta sem financiamento público de campanha) e o sistema partidário. (ARAÚJO, 2010, p. 568)

Traçando um paralelo com a legislação de outros países da América Latina, como mencionado anteriormente, é possível perceber diferenças que podem explicar o sucesso na inserção de mulheres na política tradicional em alguns países da região. Para Araújo (2010) a resposta pode estar no sistema eleitoral de listas abertas e fechadas. Essas listas dizem respeito à entrada dos candidatos baseando-se em critérios partidários. Nas listas abertas, a entrada dos candidatos ao cargo eleitoral se dá pela quantidade de votos, ou seja, se há 10 cadeiras reservadas ao partido, os 10 mais votados entram. Já em sistemas com listas fechadas, os membros do partido se organizam para definir quem serão os candidatos que ocuparão as vagas.

Araújo (2010) entende, por exemplo, que há grande diferença entre efetivação da política de cotas Brasil e da Argentina, considerando o sistema eleitoral dos dois países com listas aberta e fechada, respectivamente. A lista fechada agrega condições mais favoráveis, já que essa categoria de organização evita as disputas intrapartidárias e

favorece a entrada de mulheres nas listas de ordenamento. Na Argentina a obrigação desse ordenamento é uma realidade, de modo que “entre os primeiros três candidatos há a obrigatoriedade de uma mulher. Os impactos quantitativos sobre o percentual de eleitas são imediatos e visíveis” (ARAÚJO, 2010, p.2). Salgado, Guimarães e Alto (2015) complementam a visão de Araújo ao ressaltar que no caso do Brasil, a falta de mulheres na política também está relacionada ao estigma de que mulher não pertence ao espaço público e pelo fato de terem menos acesso ao tempo de propaganda gratuita e do fundo partidário, tornando as campanhas femininas menos competitivas. Apesar de não conseguir garantir a representação proporcional, do ponto de vista populacional, a política de cotas de gênero se mostra como uma medida importante para diminuir os abismos sociais entre homens e mulheres. Dessa forma, políticas afirmativas funcionam como parâmetro para garantir o que já é da mulher por direito: a plena igualdade econômica, social e política independentemente do gênero (SABINO; LIMA, 2015).

2.3. A discussão de gênero e política

A baixa representatividade feminina na política frequentemente é associada ao apoliticismo, o conservadorismo e, em algumas linhas de pensamento, até mesmo à explicação biológica que tenta defender a teoria de que mulheres nascem com uma inaptidão para a política devido à frieza que o cargo exige (COUTO, 2012). No entanto, essas reflexões sobre a temática deixam de considerar pesquisas feministas, o que se faz necessário, na medida em que “a reflexão feminista questiona conceitos tidos como neutros ou absolutos e modelos falhos, para explicar a emergência da mulher como sujeito político, ou contemplar abordagens e temas alternativos” (PRÁ, 2011, p. 102). A inclusão das questões de gênero em análises sociológicas fomenta discussões sobre os aspectos da vida privada, do cuidado, da sexualidade e os espaços de poder e decisão, como afirma Prá (2012).

Essas questões de gênero, no entanto, não estão completamente difundidas na sociedade e isso pode ser percebido através de dados estatísticos. Segundo o Mapa Mulheres na Política de 2019, a presença feminina no parlamento brasileiro é de 15%. O relatório é desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU) aponta que o Brasil ocupa a posição 134 de 193 países pesquisados. Sacchet (2009) entende que há o consenso de que é preciso democratizar os espaços políticos tradicionais e com mecanismos de participação mais horizontal, no entanto, ainda há um caráter excludente e elitizado, principalmente no parlamento. Tal fato contribui para uma visão limitada

dos aspectos sócio-econômicos, uma vez que mulheres acabam sendo impossibilitadas de contribuir para o desenvolvimento de políticas a partir de suas vivências e de seu lugar social.

Do ponto de vista econômico, é possível entender como o Estado e os homens se apropriaram do corpo e da vida das mulheres como mero meio de reprodução e acumulação de trabalho (FEDERICI, 2017), feita de tal forma que as excluíram de processos e decisões importantes da sociedade, inclusive na política. Essa conjuntura contribui para uma democracia enfraquecida e que se mostra falha. Prá (2012) aponta que essa realidade, legitimada pelo Estado de Direito e pelos contratos sociais, designa apenas o homem ao papel político e público em um sistema patriarcal de poder dos homens sobre as mulheres. Nele, a vida pública, associada ao masculino, se sobrepõe ao domínio privado, atribuído às mulheres, que é um domínio considerado sem relevância política. As consequências desse arranjo na cultura política produz um cenário “que, compartilhados por coletividades e instituições, geram comportamentos, atitudes e crenças que opõem as competências dos homens às das mulheres” (PRÁ, 2011, p. 104).

Diante do entendimento do senso comum de que a política é um espaço apenas masculino e que se opõe ao feminino, se faz necessário considerar de que maneira o campo do poder requer um reconhecimento ou crédito de indivíduos em relação à figura política. Essa aceitação é constituída de forma que esta figura possa garantir um lugar de dominância, que nesse caso é o capital político (COUTO, 2012). O capital político, segundo Júnior (2011), é a aceitação que um indivíduo obtém para fazer política, baseando-se em “porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes e relações estabelecidas) e capital econômico (dispor de recursos necessários à prática da política)” (JÚNIOR, 2011, p. 119).

Além do capital político, Miguel, Marques e Machado (2015) entendem que a trajetória política das mulheres frequentemente requer o uso do capital além do político: o familiar, ou seja, de clãs políticos que indicam os mais novos a ocupar o espaço dos mais velhos transferindo, em alguma medida, o capital político já adquirido. Para os autores esse é o principal mecanismo de entrada das mulheres na política:

Embora se reconheça que ele tem peso também entre os homens, considera-se que para eles é apenas um recurso entre muitos outros. A relevância seria bem maior para as mulheres. Alguns casos de grande visibilidade contribuem para firmar essa impressão. Por exemplo, até hoje apenas sete diferentes mulheres elegeram-se governadoras de

estados brasileiros. Cinco delas possuíam vínculos familiares com ex-governadores, fossem os de filha (Roseana Sarney, quatro vezes eleita para o governo do Maranhão), cônjuge (Rosinha Matheus, eleita no Rio de Janeiro em 2002, e Suely Campos, eleita em Roraima em 2014 após ter assumido a candidatura de seu marido, impedido de concorrer pela Lei da Ficha Limpa), ex-cônjuge (Vilma de Faria, eleita no Rio Grande do Norte em 2002) ou nora (Rosalba Ciarlini, eleita no Rio Grande do Norte em 2010). (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015, p. 728).

A diferenciação dos papéis sociais do gênero, a necessidade de um capital político, assim como uma entrada tardia das mulheres na política, contribui para o cenário de sub-representação feminina no campo político. No entanto, essas relações de gênero estão diretamente ligadas ao poder político ao Estado, visto que é por meio das decisões políticas que os direitos humanos das mulheres, de trabalho, educação, sexual e todo um conjunto de medidas sociais são causadores da iniquidade entre homens e mulheres e “desnadam o predomínio de uma cultura política excludente, responsável por alijar as questões das mulheres e as de gênero do debate político e, conseqüentemente, da agenda pública” (PRÁ, 2011, p. 112).

Dado o exposto, é possível perceber os obstáculos e a luta histórica feminina na busca pela paridade de gênero não só na política, mas nas diversas esferas sociais. Para a produção do radiodocumentário, as análises acerca da temática tiveram o papel de fundamentar a pesquisa e a locução, com informações que contribuíssem para a formação social do ouvinte. A primeira parte trouxe os fatos históricos da mulher na política, a segunda discutiu as políticas públicas voltadas para inserção em cargos de decisão e a última parte do radiodocumentário apresentou maneiras mais amplas de mulheres exercerem a política.

Dessa forma, a pesquisa sobre o sufrágio feminino, lei de cotas, política pública e discussão sociológica de gênero foram meritorias para a fundamentação da produção. O capítulo a seguir explica de que forma a produção utilizou esses conhecimentos para a elaboração do projeto experimental.

3. Etapas de elaboração do radiodocumentário

A escolha de produção jornalística sobre a representatividade feminina na política, através do radiodocumentário teve a finalidade, desde a sua concepção, expor a realidade na qual estamos inseridos. A partir dessa discussão, é possível fazer análises e propor possíveis mudanças da conjuntura. O relatório, desenvolvido pela Organização das Nações Unidas, aponta que o Brasil ocupa a posição 134 de 193 países pesquisados. Além da importância do debate sobre a ocupação de mulheres em espaços políticos e de decisão, o processo de produção objetivou oferecer à sociedade um trabalho jornalístico com discussão aprofundada e de utilidade pública, educativa e acessível. O rádio cumpre esse papel enquanto usa técnicas verbal-escrito. Silva (1999) afirma que essa técnica confere à produção radiofônica uma maior fluidez de ritmo no texto e, conseqüentemente, assegura o maior entendimento do ouvinte. Essa utilização de linguagem acessível é significativa, pois garante que o tema de relevância social esteja compreensível e democrático aos que tiverem acesso a ele.

O processo de produção do radiodocumentário “Mulheres na política: paridade possível” teve como base diversos princípios inerentes à apuração jornalísticas. No entanto, simultaneamente, enquanto a produção apresenta informações palpáveis sobre o cenário socio-cultural da inserção das mulheres na política, também aborda experiências subjetivas de personagens. Considerando os aspectos mencionados, este capítulo tem o propósito de expor os caminhos de desenvolvimento do radiodocumentário, assim como as decisões estilísticas.

3.1. Pré-produção

A pesquisa inicial que fundamentou o roteiro do radiodocumentário utilizou o referencial teórico e temas de interesse. A partir desse levantamento, foi analisado os conteúdos dispostos no trabalho com base de dados primários e secundários e também de reflexões baseadas em outras pesquisas que já foram feitas na área. Para isso, são feitas buscas em campos de dados, revistas, artigos, internet e outras fontes de informação. Ainda na pré-produção foi escolhido quais os pontos a serem abordados, sendo divididos em três eixos principais: histórico, políticas públicas e organização da sociedade civil e, por último, a participação feminina em movimentos sociais.

Foram produzidos três espelhos de roteiro de forma a organizar os tópicos a serem abordados em cada eixo. O primeiro espelho, elencou aspectos históricos em relação à presença das mulheres na política, traçando um paralelo com a atualidade através dos mandatos coletivos. Um segundo bloco foi desenhado para abordar as políticas afirmativas realizadas pelo Estado, especificamente a Lei de Cotas de gênero. Além disso, também foi o início da busca por organizações ou projetos que de alguma forma contribuíssem para o fomento da presença feminina na política. Para o terceiro e último espelho, foram definidos liderança feminina e movimentos sociais como tópicos relevantes para o desenvolvimento do bloco.

Além da elaboração dos espelhos, na pré-produção do projeto experimental “Mulheres na política: paridade possível” também foi feita uma lista preliminar de entrevistadas que poderiam contribuir para o radiodocumentário. A listagem inicial contou com 24 fontes em potencial, indo desde cientistas políticas, advogadas especializadas em direito eleitoral, até vereadoras eleitas em Fortaleza. Todas essas informações propiciaram embasamento tangível para a etapa de produção efetivamente do projeto.

O formato foi escolhido ainda no período de pré-produção e definido como um radiodocumentário dividido em três blocos, cada um contendo, até então, uma média de 10 minutos. A minutagem total da produção, portanto, ficaria entre 30 minutos. Essa escolha de formato possibilitou que o planejamento de conteúdo seguisse um viés didático atrelado a uma dimensão humanizada, que tornasse a narrativa mais envolvente ao ouvinte. Apesar da intenção de deixar o roteiro fortemente educativo desde o princípio, foi preciso muita análise e adaptação da narrativa para que ele chegasse à versão final. Ao encaixar as entrevistas com a locução foi percebido algumas falhas que precisaram ser corrigidas como o excesso de informações técnicas em uma linguagem que seria de difícil absorção para o ouvinte.

Assim, o roteiro precisou passar por revisões e novos caminhos de explanação. Um exemplo dessa mudança é no bloco dois, no qual a discussão a respeito da Lei de Cotas de 30% foi reduzido para dar espaço ao relato de vereadoras. Essa adaptação no roteiro teve o intuito de diminuir as fontes especializadas e conceitos jurídicos para mostrar a realidade de mulheres na política a partir de um ponto de vista empírico.

Essas alterações colaboraram na aprendizagem a respeito da produção de roteiro e da necessidade de dar voz às histórias de vida das fontes, colocando os dados de uma maneira secundária. Mesmo optando por dispor os relatos da trajetória das mulheres em primeiro plano, foi imprescindível a pesquisa técnica e a posse de dados que corroborassem com a fala das entrevistadas.

3.2. Produção

No período de produção do radiodocumentário a primeira coisa a ser definida foi a lista final de entrevistadas. Das 24 fontes, o número foi reduzido a 9, sendo realizadas entre os dias 8 de janeiro de 2021 e 16 de fevereiro de 2021. A escolha determinou um número menor de fontes especializadas que até então contava com excesso de especialistas ligadas ao direito eleitoral que tratariam de forma aprofundada a Lei de Cotas de gênero no Brasil. Para o propósito do roteiro, a ideia passou a ser desnecessária visto que o foco maior deveria recair sobre as experiências de mulheres na política assim como outras formas de política afirmativa. Essa mudança na narrativa se deu pela percepção de que, apesar de ter o propósito de educar, o radiodocumentário se tornaria mais palatável se fosse produzido com menos informações complexas e mais exemplos empíricos.

Para cada entrevistada foi desenvolvida uma pauta que trouxesse informações sobre o contato, currículo ou perfil, assim como uma breve análise sobre de que forma ela poderia contribuir. Além disso, foi elaborada uma lista de perguntas direcionada a cada uma e outras informações relevantes que ajudassem na contextualização da personagem durante a entrevista. O modelo das pautas levou em conta as noções relacionadas a entrevistas de profundidade. As versões na íntegra estão disponíveis no APÊNDICE B.

É importante ressaltar que a criação do documentário se deu em um contexto de pandemia mundial, causada pela Covid-19. A obrigação de isolamento social assim como as restrições estabelecidas pelo Estado para o combate à doença foram planos de fundo da produção, desde sua concepção até a finalização. Diante disso, diversas dificuldades foram enfrentadas e processos de apuração precisaram ser adaptados. O principal, e mais difícil, de contornar foi a captação das entrevistas, conduzidas por videochamada online, através da plataforma Google Meets. Do ponto de vista técnico,

uma das adversidades significativas foi a falta de controle do ambiente no qual a entrevista foi feita, já que não estávamos no mesmo lugar ou em um estúdio apropriado.

Por isso, apesar de explicar a todas as fontes a importância de um áudio sem ruídos, por se tratar de um formato que utiliza exclusivamente sons, muitas não conseguiram evitar barulhos externos ou manter o silêncio do ambiente em que se encontravam. Além disso, o fato de essas conversas terem sido em uma plataforma que exigiu internet para serem viáveis, deixou a qualidade do áudio dependente da conexão. Por diversas vezes, no meio de um raciocínio importante para a construção da narrativa do radiodocumentário a queda de conexão foi determinante para que o áudio não pudesse ser usado no roteiro final.

Além dos obstáculos técnicos, a distância que a pandemia impôs descaracterizou a proximidade e intimidade que normalmente o radiodocumentário pressupõe. Sem esses fatores, o aprofundamento que algumas entrevistas exigiram foi perdida. No entanto, mesmo com essas limitações todas as fontes contribuíram de maneira razoável com conteúdo de relevância para a construção do roteiro. As gravações foram feitas a partir do programa OBS Studio, utilizando uma ferramenta específica que grava o som e o áudio do computador. Desse modo, todas as entrevistas foram primeiramente captadas em vídeo e posteriormente convertidas online em áudio, com duração média de 40 minutos cada uma.

Após converter, todas as entrevistas foram transcritas para facilitar a seleção de sonoras no roteiro final. A decupagem teve como foco trazer aspectos curiosos da vida das fontes, assim como informações sobre reflexão sócio-cultural da inserção das mulheres na política que vieram principalmente, mas não só, das fontes especializadas.

Da mesma forma que a captação das entrevistas não foi no estúdio, a locução também não foi feita em um lugar propício e sem ruídos, mas foi retirado o máximo de barulhos externos diante dos mecanismos disponíveis. A captação foi feita por microfone de fone de ouvido e o som foi gravado por aplicativo de celular para serem posteriormente cortadas e encaixadas entre as sonoras correspondentes que também foram cortadas na pós-produção. Durante a gravação, alguns problemas precisaram ser superados, especialmente a direção da locução devido à impossibilidade de essa direção ser feita pessoalmente. O impasse principal foi compreender e executar a entonação necessária para um radiodocumentário, já que as primeiras versões tiveram ênfases

pouco atraentes. Além disso, ficaram muito mais alusivas ao radiojornalismo e matérias mais curtas do que com a fluidez necessária em uma produção maior.

A dificuldade foi contornada com várias tentativas e testes de locução que foram repassadas ao orientador, este corrigindo e apontando pontos a serem melhorados sendo comunicados por mensagens instantâneas, até que fosse possível encontrar uma locução satisfatória e que não marcasse tanto a entonação. Outro ponto que ajudou no desenvolvimento da locução foi a busca por referências em outros radiodocumentários, encontrados nos canais de rádios já reconhecidas como a Band News FM e a própria rádio Universitária FM, da Universidade Federal do Ceará. A experiência com esse episódio abriu horizontes e reflexões no que se refere à locução na medida em que se percebeu a multiplicidade de tons que a voz no rádio pode abranger, assim como a compreensão que o modo de locução no rádio também é uma forma de comunicar.

Com essas informações e seleções, o roteiro foi desenvolvido mantendo as três linhas de conteúdo estabelecidos na pré-produção: no primeiro bloco do roteiro, em um contexto introdutório da temática, foi discutido o processo de sufrágio feminino no Brasil, as dificuldades estruturais que impedem que mais mulheres participem do debate político, além de trazer personagens que dialogassem com a linha histórica do que foi proposto para o início da produção. O intuito foi fazer o paralelo entre a primeira prefeita de Fortaleza e os mandatos coletivos na figura de Adriana Gerônimo, por meio do mandato “Nossa Cara”. O modelo político que vem sendo adotado nos últimos anos, propósito de ser um mandato feito por mais de uma pessoa, ou seja, as decisões políticas são acordadas entre as participantes eleitas.

A segunda parte do roteiro traz rapidamente a realidade vivida por mulheres que já conseguiram se eleger, por meio das vereadoras, relatos de Larissa Gaspar, Ana Paula Brandão e Adriana Gerônimo, todas vereadoras de Fortaleza, trouxeram a visão de como é ser uma mulher em um ambiente dominado por homens. Nas eleições de 2020, a Câmara Municipal da capital cearense elegeu 43 vereadores e somente 9 são mulheres. A fala das vereadoras eleitas foi importante para dar um contexto palpável do que é vivido quando se é mulher em um espaço de decisão. A partir desse panorama, é introduzido informações a respeito de políticas públicas que incentivem a entrada da mulher na política e que de maneira indireta podem diminuir o machismo presente nas instâncias políticas. Ao se falar de políticas públicas promovidas pelo Estado, o radiodocumentário menciona a Lei de Cotas de gênero e seus empecilhos, assim como

aborda outras possíveis políticas que poderiam ser desenvolvidas, para traçar uma crítica a atual Lei de Cotas, a cientista política Monalisa Soares explica de que maneira a legislação poderia melhorar a representatividade feminina no ambiente político. Além disso, o bloco também traz a importância da formação para mulheres que desejam se candidatar, com a também cientista política Paula Viera. Posteriormente é abordado a experiência de um projeto de formação para mulheres que desejam se candidatar ou estar a par do processo político por meio do Flor de Mandacaru, através da entrevista com Vitória Olinda, estudante de direito e participante do projeto. Com isso, a ideia foi mostrar que para além da legislação brasileira, outras formas de organizações são possíveis.

O terceiro bloco do roteiro trouxe menos informação e mais relatos. A temática é voltada para a presença de mulheres em movimentos sociais a partir da visão de uma estudante e presidente de DCE, Maraya Melo, e uma sindicalista há mais de três décadas, Graça Costa. A partir da visão de cada uma sobre a realidade de ser uma liderança feminina em uma sociedade machista é feita a comparação com a política institucional. Além disso, a última parte do roteiro também busca transmitir de que forma os movimentos sociais podem ser um pontapé para mulheres ingressarem nos ambientes políticos e como a transformação social é necessária para que isso aconteça.

3.3. Pós-produção

A pós-produção do radiodocumentário se deu quase exclusivamente na edição dos conteúdos coletados. “Mulheres na política: paridade possível” é composto por locução e sonoras intercaladas, portanto, a primeira parte da pós-produção separar todos os trechos de sonoras pelas entrevistadas e também cortar os áudios da locução com as devidas passagens para que fosse possível montar o roteiro como foi definido. Foram 9 entrevistas com cerca de 40 minutos cada e, dado a quantidade de material, foi preciso um trabalho minucioso de edição para que todos os trechos estabelecidos pelo roteiro fossem cortados e devidamente tratados quando necessário.

O programa utilizado na edição de todo radiodocumentário foi o Audacity, software livre e gratuito e levou cerca de uma semana até ficar pronto. Fazer a edição sonora de uma produção desse porte requereu um conhecimento mais aprofundado do software, portanto, em diversas ocasiões foram feitas pesquisas que auxiliassem no aprimoramento da edição final. Em especial em relação à introdução de BGs de forma mais suave,

Na pós-produção também foi acrescentado trechos de músicas, seis no total, em momentos estratégicos da produção para trazer suavidade à narrativa. As músicas foram distribuídas em duas a cada bloco, sendo no primeiro: “O que Se Cala” de Elza Soares e “Não Precisa Ser Amélia” de Bia Ferreira. No segundo, “Ela Encanta” de Maria Peralta e “Todxs Putxs” de Ekena. Por último, o terceiro bloco contou com as trilhas “Triste, Louca ou Má” de Francisco, el Hombre e “Roda” de Pitty. Apesar de Ferraretto (2014) afirmar que trilhas sonoras não devem ultrapassar 20 segundos nos roteiros de rádio, foi optado trechos entre 30 e 40 segundos como um recurso de leveza e que comunica de maneira indireta sobre a temática tratada em cada momento.

As vinhetas usadas foram demandadas a partir da plataforma online Click Offs. A plataforma foi descoberta e sugerida pela orientação como uma alternativa à produção de vinhetas realizadas pelo curso. A solicitação de vinheta no Click Offs foi detalhada com o roteiro, pedido de BG e outras recomendações à locutora, além disso, a opção foi feita durante o processo de finalização do radiodocumentário. Dessa forma os recursos sonoros pedidos demandados no Click Offs foram divididos entre vinheta de abertura, entrada de bloco e saída de bloco. Isto posto, o radiodocumentário estabeleceu as trilhas sonoras, inserção de BGs e vinhetas como recursos sonoros da produção.

4. Considerações finais

O debate acerca da igualdade de gênero na política se mostra abertamente necessária visto que a política institucional ainda não abriga nem 30% de mulheres nesses cargos. Produzir o projeto experimental “Mulheres na política: paridade possível” é um meio de levantar essa discussão, de propor reflexão e potencializar iniciativas que contribuam para a transformação da atual ausência de equidade. Todas as entrevistadas no radiodocumentário narraram a busca constante e os variados entraves enfrentados para que seus corpos fossem legitimados espaços dominados por homens.

Além da política, não encontrarmos mulheres em cargos de liderança retrata um problema estrutural que requer formação social em um demorado processo de deslegitimação do machismo e patriarcado. Dessa forma, este radiodocumentário funciona como uma ferramenta, ainda que pequena diante dos desafios a serem enfrentados, para a difusão das questões de gênero de uma forma acessível e, na medida do possível, receptível.

A produção de rádio, portanto, ao estabelecer uma linguagem simples, aproxima o ouvinte da temática e pode ser consumido facilmente, possuindo “alta capacidade do meio de se amalgamar a novos suportes. Dos receptores tradicionais aos associados às chamadas novas tecnologias de informação e comunicação” (FERRARETTO, 2014, p. 28).

Os procedimentos técnicos e a abordagem jornalística foi utilizada como um modo de discutir essas questões contemporâneas e propor debates sociais sobre a realidade em que vivemos. Além disso, esse tipo de produto permitiu abordar com mais profundidade aspectos da sociedade de uma maneira que uma notícia radiofônica, ou até mesmo uma reportagem de profundidade não é capaz de promover.

Referências

ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 567-584, maio 2010.

BESTER, Gisela Maria. **Aspectos históricos da luta sufragística feminina no Brasil**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 15, n. 21, p. 11-22, 1997.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei N.º 4.765-B, DE 2009. **Institui, no Calendário Oficial do País, o "Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil"**.

Brasília: Câmara do Deputados, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2OdZi5m>>.

Acesso em: 1º de abr de 2021.

COELHO, Leila Machado e BAPTISTA, Marisa. A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. **Rev. psicol. polít.** [online]. 2009, vol.9, n.17, pp. 85-99 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000100006&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 2175-1390.

COUTO, Priscilla Alves Juvino. **Mulheres e Política: Percepção E Atuação Política Das Vereadoras De Campos Dos Goytacazes**. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2012.

DORNE, Vinícius Durval; SANTOS, Eloíse Fernandes de Sousa; GONÇALVES, Aline Boone. **Reflexões sobre o radiodocumentário “visão de liberdade: os olhos de quem não pode ver”: da proposta ao “fazer”**. Iniciação Científica Cesumar, Maringá, v. 17, n. 2, p. 237-249, jul. 2015.

DETONI, Márcia. **MANUAL DE RADIODOCUMENTÁRIO**. Disponível em: <http://www.caduxavier.com.br/mackenzie/arq/4/marcia-detoni-1.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: teoria e prática**. São Paulo: Summus Editorial, 2014.

FREIRE, Marcelo; LOPEZ, Debora Cristina. Linguagem radiofônica e jornalismo: um estudo das estratégias estéticas das séries de reportagens da rádio eldorado. **Logos 35: Mediações sonoras**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 134-144, jun. 2011.

MIDIA, Kantar Ibope. **Inside Rádio 2020: no ritmo da transformação**. 2020. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/estudos-type/inside-radio-2020/>. Acesso em: 08 mar. 2021.

LOPEZ, Débora Cristina; MATA, José Henrique da. Os gêneros jornalísticos e sua aplicação no radiojornalismo. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação**, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 1-16, jun. 2009.

LUCHT, Janine Marques Passini. **Gêneros Radiojornalístico: análise da rádio el dorado em são paulo**. 173 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação de Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.

MELO, José Marques de and ASSIS, Francisco de. **Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório**. Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun. [online]. 2016, vol.39, n°1, pp.39-56. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442016000100039&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 de abr de 2021

MODESTO, Cláudia Figueiredo; GUERRA, Márcio de Oliveira. Mundialização e comunicação: para além do rádio analógico. **Contemporanea**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 67-83, maio 2011.

OLIVEIRA, Edilene Mafrá Mendes de; VIANA, Maria do Socorro da Costa. Linguagem Radiofônica: o sistema de comunicação aplicado na divulgação científica no rádio. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – 2010, Caxias do Sul. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**.

OLIVEIRA JÚNIOR, José Amorim de. **O desenvolvimento político concebido a partir dos conceitos de governança política, capital político e autogoverno: análise dos impactos da atuação do Sebrae no desenvolvimento político goiano de 2004 a 2011**. 308 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

PESSOA, Sônia Caldas. **Radiodocumentário: gênero em extinção ou lócus privilegiado de aprendizado?** In: FERRARETTO, Luiz Artur; KLÖCKNER, Luciano (org.). *E o rádio?: novos horizontes midiáticos*. Porto Alegre: Edipucrs – Editora Universitária da Pucrs, 2010. p. 494-505.

PRÁ, Jussara Reis. **Reflexões sobre gênero, mulheres e política**. In: PAIVA, Denise (org.). *Mulheres, política e poder*. Goiania: Cãnone Editoração, 2011. p. 101-125.

VIANNA, Graziela Valadares Gomes de Mello. Elementos sonoros da linguagem radiofônica: a sugestão de sentido ao ouvinte-modelo. **Galáxia (São Paulo)**, [S.L.], v. 14, n. 27, p. 227-240, jun. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542014115683>.

SABINO, Maria Jordana Costa; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. Igualdade de gênero no exercício do poder. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 23, n. 3, p. 713-734, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-026x2015v23n3p713>.

SALGADO, E.D.; GUIMARÃES, G.A.; ALTO, E.V.L.C.M.. **Cotas de Gênero na Política: entre a história, as urnas e o parlamento**. *Gênero & Direito*, [S.L.], n. 3, p. 156-182, 22 dez. 2015. *Revista Genero & Direito*. <http://dx.doi.org/10.18351/2179-7137/ged.2015n3p156-182>.

SENA, Geane Cássia Alves. Os gêneros textuais veiculados no rádio: linguagem, construção e classificação. **EFDeportes.com**. Buenos Aires, V. 19, Nº 198, novembro de 2014. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd198/os-generos-textuais-veiculados-no-radio.htm>.

Acesso em 13 de fev. 2021

SILVA, J. L. O. A. **Rádio: oralidade mediatizada: o spot e os elementos da linguagem radiofônica**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1999.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Lista de entrevistadas

- Adriana Gerônimo - Co-vereadora do mandato coletivo "Nossa Cara", eleito em 2020 - Data da entrevista: 16/02/2021
- Ana Paula Brandão - Vereadora eleita em 2020 - Data da entrevista: 11/01/2021
- Graça Costa - Sindicalista e presidente da CUT Nacional - Data da entrevista: 12/02/2021
- Larissa Gaspar - Vereadora reeleita em 2020 - Data da entrevista: 12/02/2021
- Maraya Melo - Estudante do curso de Ciências Sociais e presidente do DCE na Universidade do Vale do Acaraú - Data da entrevista: 09/02/2021
- Maria Luiza Fontenele - Ex-prefeita e ex-deputada federal - Data da entrevista: 13/02/2021
- Monalisa Soares - Cientista política, pesquisadora no LAPEM e professora do curso de Ciência Sociais na UFC - Data da entrevista: 08/01/2021
- Paula Vieira - Cientista política e pesquisadora no LAPEM e professora na UniChristus - Data da entrevista: 08/02/2021
- Vitória Olinda - Estudante de direito e coordenadora do projeto Flor de Mandacaru - Data da entrevista: 13/02/2021

APÊNDICE B - Pautas das entrevistas

1. Adriana Gerônimo:

I. Perfil básico da entrevistada:

Adriana Gerônimo participa do primeiro mandato coletivo à vereança de Fortaleza, o “Nossa Cara”. O mandato levanta a bandeira de uma maior aproximação e voz das favelas. Ao lado de Louise e Lila, receberam 9,8 mil votos para ocupar a Câmara Municipal de Fortaleza - CE.

A vereadora poderá contribuir sobre as novas formas de vereanças e possibilidades de participar da política tradicional. Além disso, pode fomentar o debate de como uma mulher, negra e periférica precisa superar ainda mais desafios para garantir a existência e permanência em lugares de poder.

II. Outras fontes de informação

Ceará Criolo:

<https://cearacriolo.com.br/novo/nossa-cara-lo-mandato-coletivo-de-fortaleza-e-negro/>

Gênero e Número: <http://www.generonumero.media/anote-este-nome-nossa-cara/>

III. Temas

1. Início da trajetória política. Como a vereadora chegou a essa posição e como foi sua descoberta como liderança feminina.
2. Impacto na política. Entender como Adriana vê as ações do mandato coletivo e se existe uma transformação cultural na aceitação de mais mulheres/ mandatos na política.
3. Recorte de raça e classe social. Abordar como a entrevistada lida as dificuldades de um mandato coletivo e em um contexto mais difícil por ser da periferia.

IV. Perguntas

1. Como você resolveu entrar na política? Quais as principais motivações?
2. Quais são as principais dificuldades que você encontra em exercer o mandato? E na campanha?
3. Por levantarem a bandeira de mulheres periféricas e negras vocês sofreram outros obstáculos? Quais?
4. É mais difícil fazer uma campanha com esse recorte de classe e racial? Por quê?
5. Você acredita que houve uma mudança cultural na aceitação de mulheres na política? Principalmente fazendo esses recortes e em um mandato coletivo.

6. Você sofreu algum caso específico de machismo durante seu mandato que ainda lembra hoje?
7. Como você lida com um ambiente majoritariamente masculino? Quais os caminhos para lidar com essa situação?
8. Na sua opinião, existe de fato falta de interesse das mulheres em se candidatar para cargos políticos? Por quê?
9. De que maneira as mulheres podem ocupar cada vez mais esses cargos?
10. Você, como representante, tem alguma luta específica para fomentar o acesso de mulheres na política?

2. Ana Paula Brandão:

I. Perfil básico da entrevistada:

Ana Paula Brandão foi eleita pela primeira vez para atuar na Câmara Municipal de Fortaleza. É enfermeira e presidente do Conselho Regional de Enfermagem, foi escolhida por lideranças da categoria para ingressar na política. Também foi candidata a deputada federal em 2018.

Para o projeto experimental, Ana Paula pode contribuir com suas vivências como mulher em um ambiente político e as dificuldades de exercer o mandato. Além das experiências após eleitas, também pode comentar os entraves de uma candidatura feminina e a eficácia da Lei de Cotas.

II. Outras fontes de informação

Câmara Municipal de Fortaleza: <https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/parlamentar/241>

Perfil do instagram: <https://www.instagram.com/enfermeiraanapaula/>

III. Temas

1. Início da trajetória política. Como a vereadora chegou a essa posição e como a profissão ajudou a entrar na política
2. Dificuldades na candidatura e mandato. Entender o processo de campanha de Ana Paula assim como saber se houve mais dificuldade pelo fato de ser mulher.
3. Importância da Lei de Cotas. Buscar compreender a opinião da vereadora sobre a política afirmativa e quais as críticas em relação ao modo de como é aplicada.

IV. Perguntas

1. Como você entrou na política?
2. Quais foram as principais dificuldades enfrentadas durante a candidatura?
3. Quem foram as pessoas que você recorreu no caso?
4. Existe falta de interesse das mulheres em se candidatar a cargos políticos?
5. Você percebe uma mudança cultural na aceitação das candidaturas femininas?
6. De que maneira as cotas podem melhorar e quais as críticas poderiam ser feitas a essa política afirmativa?

3. Graça Costa:

I. Perfil básico da entrevistada:

Graça Costa é presidente da CUT Nacional. Natural de Quixadá, a sindicalista pode trazer a dimensão de liderança feminina no ambiente não-partidário e como isso pode contribuir de maneira indireta ou direta para inserção de mulheres no ambiente político partidário.

II Outras fontes de informação

Sindesp:

<https://sindsep.org.br/2020/09/11/sindsep-entrevista-discutiui-as-mudancas-no-mundo-do-trabalho-e-a-organizacao-sindical-com-graca-costa-secretaria-de-organizacao-sindical-da-cut/>

III. Temas

1. Início da trajetória. Como a presidente de sindicato chegou a essa posição e como foi sua descoberta como liderança feminina.
2. Impacto na política. Entender como Graça vê as ações dos movimentos sociais resultando na política tradicional e como a existência de mulheres em cargos de decisão nesses movimentos podem auxiliar para que outras tenham mais protagonismo.
3. Liderança. Abordar como a entrevistada lida com os desafios de liderar em ambiente e contexto social em que a maioria dos cargos são liderados por homem.

IV. Perguntas

1. Você é sindicalista há muito tempo. Como surgiu essa vontade de liderar o sindicato?
2. Você sempre quis participar de mobilização social, nesse caso o sindicato, representando a categoria? O que te motivou?
3. Você sofreu algum caso específico de machismo sofrido durante seu mandato que ainda lembra hoje?
4. Como você lida com um ambiente majoritariamente masculino? Quais os caminhos para lidar com essa situação?
5. Você acredita que ter mais mulheres liderando sindicatos, movimentos estudantis, associações, etc. pode contribuir para termos mais mulheres na política tradicional? Por quê?

6. Quais as maiores dificuldades para que mais mulheres possam ocupar esses cargos de liderança?
7. O que poderia ser feito, na sua opinião, para que cada vez mais mulheres possam integrar as decisões nesses ambientes?
8. O que você é hoje? Qual cargo ocupa?

4. Larissa Gaspar:

I. Perfil básico da entrevistada:

Larissa Gaspar é vereadora de Fortaleza e está em seu segundo mandato. É advogada, servidora pública municipal concursada (fiscal da AGEFIS), militante feminista e dos direitos humanos. Já foi candidata a deputada estadual em 2014, e na Câmara Municipal foi presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso, além de atuar nas Frentes Parlamentares em Defesa das Pessoas em Situação de Rua e da População LGBT. (*fonte: câmara municipal*)

A entrevista com Larissa Gaspar abre um espaço no radiodocumentário tanto para exibir os processos políticos e a história da vereadora quanto um direito de resposta ao que uma mulher acha de seu partido não conseguir cumprir a obrigatoriedade de 30% nas candidaturas femininas de 2020.

II Outras fontes de informação

Câmara Municipal: <https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/parlamentar/205>

Facebook Larissa Gaspar:

<https://www.facebook.com/Larissa-Gaspar-709707139118540/>

III. Temas

1. Início da trajetória política. Abordar como Larissa ingressou na política e quais as motivações para entrar na vida pública.
2. Dificuldades enfrentadas. Mostrar, na opinião da entrevistada, quais as principais dificuldades em um mandato político sendo mulher em um lugar majoritariamente masculino e entender quais os caminhos possíveis para subverter a lógica e lidar com essa situação.
3. Dificuldade na implementação das cotas. Buscar entender o motivo do não cumprimento por parte do partido da legislação. E como ela se sente, como mulher, em um partido incapaz de cumprir a determinação da lei de cotas.

IV. Perguntas

1. Como você resolveu entrar na política?
2. Quais foram suas principais motivações para entrar na política?

3. Quais são as principais dificuldades que você encontra em exercer o mandato? E na campanha?
4. Você sofreu algum caso específico de machismo durante seu mandato que ainda lembra hoje?
5. Como você lida com um ambiente majoritariamente masculino? Quais os caminhos para lidar com essa situação?
6. Na sua opinião, existe de fato falta de interesse das mulheres em se candidatar para cargos políticos? Por quê?
7. De que maneira as mulheres podem ocupar cada vez mais esses cargos?
8. Na sua opinião, como é possível combater as candidaturas laranjas?
9. Você, como representante, tem alguma luta específica para fomentar o acesso de mulheres na política?
10. Como você, mulher e do partido, vê esse não cumprimento da legislação por parte do partido?

5. Maraya Melo:

I. Perfil básico da entrevistada:

Estudante de 19 anos e presidente do Diretório Acadêmico da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). A entrevistada pode contribuir para a temática de articulação feminina para além da política tradicional. Mayara também faz parte do Movimento Juntas, articulação feminina que pode ser explorada na narrativa.

A fala de uma representante de movimento estudantil tem o propósito de suscitar o debate de como é visto uma liderança ou militante nesse ambiente. Apresentar como a articulação política em um contexto da não política tradicional. Apontar quais as principais dificuldades e conquistas do posto.

II Outras fontes de informação

DCE UVA: <https://www.facebook.com/dceuva/>

III. Temas

1. Início da trajetória. Como Mayara chegou a essa posição e como foi sua descoberta como liderança feminina.
2. Impacto na política. Entender como Mayara vê as ações dos movimentos sociais resultando na política tradicional e como a existência de mulheres em cargos de decisão nesses movimentos podem auxiliar para que outras tenham mais protagonismo.
3. Liderança. Abordar como a entrevistada lida com os desafios de liderar em ambiente e contexto social em que a maioria dos cargos são liderados por homem.

IV. Perguntas

1. Como surgiu essa vontade de liderar o Diretório?
2. Você sempre quis participar de mobilização social, nesse caso o diretório? O que te motivou?
3. Você sofreu algum caso específico de machismo sofrido durante seu mandato que ainda lembra hoje?
4. O movimento estudantil é um ambiente machista? Quais os caminhos para lidar com essa situação/quando essa situação acontece?

5. Você acredita que ter mais mulheres liderando sindicatos, movimentos estudantis, associações, etc. pode contribuir para termos mais mulheres na política tradicional? Por quê?
6. Quais as maiores dificuldades para que mais mulheres possam ocupar esses cargos de liderança?
7. O que poderia ser feito, na sua opinião, para que cada vez mais mulheres possam integrar as decisões nesses ambientes?
8. Você participa do Movimento Juntas. Como é o projeto? Como esse projeto pode contribuir no fortalecimento da inserção feminina em cargos de decisão?

6. Maria Luiza Fontenele:

I. Perfil básico da entrevistada:

Maria Luiza Fontenele foi a primeira prefeita de Fortaleza e a primeira de uma capital, entre os anos de 1986 e 1989. Apesar de histórica, a candidatura de Maria Luiza foi repleta de ataques e machismo, que perpetuou durante seu mandato, inclusive de que administrava um motel na cidade. Eleita pelo PT, a prefeita foi expulsa do partido no segundo ano, em 1987 e foi isolada durante todo mandato. Também foi deputada federal na década de 1970.

Para o radiodocumentário, o intuito é que Maria Luiza discorra sobre sua experiência pessoal na política, trazendo essa dimensão histórica de quase 40 anos atrás. Ao contar essa relação de embate com a sociedade e de ataques, é possível pensar se houve um avanço em como se percebe mulheres em cargos de decisão. Além de contribuir para a temática, agrega um valor humano à narrativa.

II Outras fontes de informação

Ponto Poder:

<https://pontopoder.verdesmares.com.br/por-onde-anda-fora-da-politica-maria-luiza-defende-alternativa-comunitaria-como-salvacao/3893/>

O POVO:

<https://www.opovo.com.br/jornal/colunas/demitritulio/2018/11/maria-luiza-maldita-geni.html>

III. Temas

1. Início na vida política. Entender como se deu o começo da vida política da entrevistada, quais as motivações e por que escolheu a política tradicional até chegar a ser a primeira prefeita de um capital.
2. Dificuldades enfrentadas. De que maneira o machismo estrutural invalidou suas conquistas e dificultou a sua governabilidade na época. Além disso, apontar casos específicos vividos na época em que foi prefeita. Como isso afetou pessoalmente.
3. Mudança Cultural. Nesse espaço, abordar as aprendizagens obtidas naquela época e promover uma discussão sobre o entendimento e aceitação - ou não - da sociedade diante de uma mulher em um cargo de decisão e protagonismo.

IV. Perguntas

1. Você começou a militância a partir do movimento estudantil. Como se deu esse interesse?
2. Como estar no movimento estudantil e diretório acadêmico te preparou para a vida pública na política institucional?
3. Quais foram suas principais motivações para entrar na política?
4. Como as pessoas a sua volta viam sua escolha de entrar para a vida política?
5. Como era a realidade de mulheres que desejavam entrar na política naquela época?
6. Havia algum tipo de incentivo? Tanto por parte dos partidos, Estado ou sociedade?
7. Quais foram as principais dificuldades que você enfrentou na campanha de 1985?
8. Os partidos políticos têm papel relevante na inserção de mulheres na política tradicional? Como eles poderiam fomentar essa participação?
9. Você tem algum caso de machismo que lembra até hoje enfrentado na campanha ou durante o mandato que tenha impactado você pessoalmente?
10. Você percebe essas dificuldades sendo enfrentadas por mulheres candidatas ainda hoje?
11. Existe diferença de como a sociedade enxerga uma mulher na política em relação a antigamente?
12. Você veio de movimentos estudantis. Você acredita que uma maior inserção de mulheres na liderança de movimentos sociais contribui para maior inserção de mulheres na política tradicional? Por quê?

7. Monalisa Soares:

I. Perfil básico da entrevistada:

Monalisa Soares é professora e coordenadora do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará e é pesquisadora do Laboratório de Estudos de Eleições e Mídias (LEPEM). Doutora pela pós-graduação em Sociologia da UFC. Estuda Narrativas Políticas e Gênero e Política. *(fonte: escavador)*

A pesquisadora pode contribuir para o debate das questões de gênero na política assim como fazer uma análise sobre como o machismo estrutural impede a equidade de gênero em todos os aspectos da sociedade, mas especialmente na política.

II Outras fontes de informação

Escavador: <https://www.escavador.com/sobre/3297538/monalisa-soares-lobes>

III. Temas

1. Machismo estrutural. Perguntar de que maneira a sociedade patriarcal dificulta a inserção da mulher em espaços de decisão, assim como entender se há uma tendência de mudança dessa realidade.
2. Realidade social. Abordar os principais motivos que levam ao cenário atual, no qual mulheres não fazem parte dos processos decisórios.

IV. Perguntas

1. Em 2000 o número de prefeitas eleitas no Brasil era de 5,7% e em 2020 passou a 12%. É possível afirmar que o Brasil vem avançando de forma consistente na paridade de gênero na política?
2. Há uma real mudança cultural no que diz respeito a mulheres na liderança e especificamente em cargos políticos?
3. O Brasil tem 52% de população feminina e apenas 15% de mulheres na câmara federal. Isso significa que mulheres não votam em mulheres. Quais seriam os principais motivos?
4. O que poderia ser feito, em termos de políticas públicas, para que mulheres passassem a ocupar esses espaços que são historicamente ocupados por homens? De que forma o machismo estrutural dificulta a ascensão de mulheres a cargos políticos?

8. Paula Vieira:

I. Perfil básico da entrevistada:

Paula possui doutorado e Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e é pesquisadora do Laboratório de Estudos de Eleições e Mídias (LEPEM) também na UFC. Nas pesquisas acadêmicas, a ênfase é em Sociologia Política e Ciência Política, com foco nos temas: Estado e Teoria Política, sistema político brasileiro, representação política, partidos políticos, estudos dos legislativo e eleições. *(fonte: Escavador)*

Como cientista política, Paula poderá abordar de maneira técnica a relação existente entre mulheres em cargos de liderança em ambientes não-partidários e como esses ambientes podem influenciar na conquista de espaço na política tradicional. Utilizando na narrativa uma projeção para o futuro

II Outras fontes de informação

Escavador: <https://www.escavador.com/sobre/1530711/marcia-paula-chaves-vieira>

O POVO:

<https://mais.opovo.com.br/jornal/reportagem/2020/07/26/uma-campanha-que-gera-expectativas-diferentes-entre-os-estudiosos.html>

III. Temas

1. Liderança feminina. Por meio dessa temática, buscar entender como as lideranças femininas nos movimentos sociais podem contribuir para inserção de mulheres na política tradicional. Explicar como funciona essa relação entre o movimento social e a política partidária.
2. Movimentos Sociais. Explicar de que forma os movimentos sociais se constituem como ambiente político.
3. Política Pública e Organização da Sociedade Civil. O que pode ser feito nesses âmbitos para que a participação de mulheres na política cresça.

IV. Perguntas

1. Qual a importância da política de cotas atualmente?
2. Além da política de cotas, existem ou podem existir outras políticas públicas de fomento de candidaturas femininas?

3. Por que é tão difícil para os partidos políticos garantirem essa cota e maior inserção feminina?
4. A articulação feminina nos espaços políticos tem dado resultado para políticas públicas voltadas para mulheres?
5. A liderança feminina, para além da política tradicional, também se faz necessária dentro dos movimentos sociais. Qual a importância de termos mulheres como representantes nesses espaços e como isso pode contribuir para uma maior inserção da mulher na política tradicional?
6. De que maneira é possível fortalecer as mulheres dentro de movimentos sociais para que cada vez mais elas atuem como líderes?
7. Você acredita que uma maior inserção de mulheres líderes em movimentos sociais contribui para maior aceitação/eleição de mulheres na política tradicional? Por quê?

9. Vitória Olinda:

I. Perfil básico da entrevistada:

Vitória é estudante de graduação no curso de Direito na Universidade Federal do Ceará. É participante do grupo de extensão chamado Ágora, que tem dentre seus projetos internos o “Flor de Mandacaru”. Esse projeto teve como objetivo fortalecer e formar mulheres que tinham interesse em se candidatar ao pleito de 2020.

A fala da estudante pode agregar na questão de desenvolvimento de iniciativas privadas/públicas que busquem ajudar mulheres a se inserir na política. Através da explicação do projeto é possível estabelecer a narrativa de novas possibilidades.

II Outras fontes de informação

Ágora UFC: <https://www.facebook.com/grupoagoraufc>

Flor de Mandacaru:

<http://www.ufc.br/noticias/14223-abertas-inscricoes-a-curso-de-educacao-politica-para-mulheres-candidatas>

III. Temas

1. Funcionamento do Projeto. Abordar como surgiu o projeto Flor de Mancaru e como funciona.
2. Formação de Mulheres. Quais as dificuldades para as mulheres e quais as outras possibilidades de formação/inserção de mulheres na política.

IV. Perguntas

1. Como surgiu? Qual a importância do projeto?
2. Como é feita a atuação do projeto?
3. Quais foram as principais percepções/transformações que você percebeu nas mulheres que fizeram o curso?
4. Quais foram as principais dificuldades para as “alunas” no curso?
5. Você acredita que hoje as políticas públicas são suficientes? Quais outras alternativas para garantir que mais mulheres entrem na política?
6. Como você se sente, pessoalmente, participando de um projeto como esse?

APÊNDICE C - ROTEIRO

RADIODOCUMENTÁRIO - MULHERES NA POLÍTICA: PARIDADE POSSÍVEL

Produção e edição: Calianne Celedônio

Direção: Ismar Capistrano

Duração: 32”

BLOCO 1

TÉC: SOBE BG

TÉC: SOLTA SONORA CRIANÇAS

TÉC: VAI A BG

LOC: Um cargo político não parece ser a primeira escolha de profissão entre as crianças./ A ideia pode estar ainda mais distante para meninas./ Sabe por quê?/ um dos motivos é o fato de as mulheres terem sido excluídas durante muito tempo do debate político./ E ainda hoje é possível perceber os desafios enfrentados pelas poucas representantes eleitas.//

TÉC: SOLTA VINHETA DE ABERTURA

TÉC: VAI A BG

LOC: Atualmente o congresso nacional tem apenas 15% de mulheres ocupando as cadeiras./ Isso quer dizer que, de 513 deputados, 77 são mulheres./ Nas prefeituras do nosso país o número é ainda menor, 12%,/

LOC: A retirada sistemática de incentivos e meios para que mulheres possam ser incluídas nos parlamentos e prefeituras, causa um cenário de sub-representatividade./ Para reverter esse quadro, primeiro, precisamos entender desde quando as mulheres têm lutado para que suas vozes sejam ouvidas.//

TÉC: SOLTA CORTINA 3”

TÉC: VAI A BG

LOC: Para que mulheres tivessem sequer o direito de votar, foi necessária muita coragem feminina para buscar espaço./ Leolinda de Figueiredo Datro, criadora do primeiro partido voltado para mulher, o Partido Republicano Feminino. Bertha Lutz, ativista e articuladora do sufrágio no Brasil com a Europa. Celina Guimarães,

primeira eleitora do Brasil./

LOC: Esses nomes são apenas alguns diante da imensidão de mulheres que enfrentaram o status quo./ Para a professora e cientista política Paula Vieira, são vários os aspectos que dificultam a inserção das mulheres na política./

TÉC: SOLTA SONORA - PAULA VIEIRA - 43”

TÉC: SOLTA TRILHA SONORA E VAI A BG - O QUE SE CALA - 40”

LOC: No Brasil, só houve uma lei nacional, que garantisse o direito de voto feminino, em 1932./ Apesar de a legislação afirmar que poderiam votar e ser votadas pessoas independentemente do sexo, a eleição feminina caminhou a passos lentos nos anos seguintes./ Esse fato, no entanto, não impediu Maria Luiza Fontenele de desafiar esse papel destinado à mulher como apenas mãe e cuidadora do lar./ No final da década de 70 se tornou deputada federal pelo Ceará./ Posteriormente, foi a primeira prefeita de uma capital, Fortaleza, em 1986./ ao encarar a realidade da época, a ex-prefeita conta que houve dificuldades./

TÉC: SOLTA SONORA - MARIA LUIZA FONTENELE - 33”

LOC: Maria Luiza explica a importância da União das Mulheres Cearenses, criada durante a ditadura militar em 1979./ Além disso, ela relembra o boicote e machismo que esteve presente de forma constante durante a campanha para prefeitura da capital cearense./

TÉC: SOLTA SONORA - MARIA LUIZA FONTENELE - 34”

LOC: Do mandato de Maria Luiza Fontenele, como a primeira mulher prefeita de uma capital até as últimas eleições de 2020, novas formas de se fazer política foram se desenvolvendo./ O cenário ainda não é o ideal, mas no último ano de eleições o ceará elegeu 32 mulheres prefeitas e 2021 vereadoras./ Além disso, mulheres encontraram no mandato coletivo um meio de potencializar a presença na política./

LOC: A ideia é que esse tipo de mandato seja feito por mais de uma pessoa./ Em 2021, o número de mandatos coletivos eleitos bateu recorde e chegou a 17./ Adriana Gerônimo, ao lado de Louise Anne de Santana e Lila Salu, é uma das co-vereadoras do primeiro mandato coletivo de Fortaleza, o “Nossa Cara”./ Segundo Adriana, o mandato tem como preceito a diversidade./

TÉC: SOLTA SONORA - ADRIANA GERÔNIMO - 27”

LOC: Elas foram eleitas com 9.824 votos e, para Adriana, a mudança cultural para a inclusão de mandatos como o delas ainda está sendo conquistado./

TÉC: SOLTA SONORA - ADRIANA GERÔNIMO - 53”

TÉC: SOLTA TRILHA SONORA E VAI A BG - NÃO PRECISA SER AMÉLIA - 40”

LOC: Hoje, a busca não é mais pelo direito de votar./ E sim pelo direito de exercer a política./ De ocupar espaços historicamente tomados por homens que decidem todos os aspectos importantes da sociedade/

TÉC: SOBE BG

TÉC: SOLTA FALA POVO

LOC: Mesmo com essas novas formas de mandatos, mulheres ainda não conseguem se ver nesses espaços./ É necessário incentivar./ No próximo bloco será abordado políticas afirmativas que podem contribuir para trajetória feminina na política./ Além de falar sobre vivência de vereadoras na c mara municipal.//

TÉC: SOLTA SAÍDA DE BLOCO

BLOCO 2

TÉC: SOLTA ENTRADA DE BLOCO

TÉC: VAI A BG

LOC: Ser uma mulher em um ambiente machista como o da política institucional é repleto de dificuldades./ Até para quem já conseguiu chegar aos parlamentos./

TÉC: SOLTA SONORA - LARISSA GASPAR - 20”

LOC: Assim a vereadora de Fortaleza Larissa Gaspar, reeleita em 2020, define a situação das mulheres no parlamento./ Ana Paula Brandão, também vereadora eleita em 2020, compartilha de pensamento semelhante./

TÉC: SOLTA SONORA - ANA PAULA BRANDÃO - 10”

LOC: Adriana Gerônimo, co-vereadora do mandato coletivo “Nossa Cara” completa./

TÉC: SOLTA SONORA - ADRIANA GERÔNIMO - 25”

TÉC: SOLTA TRILHA SONORA E VAI A BG - ELA ENCANTA - 30”

LOC: Um dos meios pensados pelo Estado para estimular e diminuir o abismo entre homens e mulheres na política, foi criação de uma das principais políticas afirmativas, prevista na legislação eleitoral brasileira: a lei de cotas./ Nela, os partidos são obrigados a lançar pelo menos 30% de candidaturas do sexo minoritário, ou seja, as mulheres./ A legislação, no entanto, é passível de críticas, como aponta a cientista

política Monalisa Soares./

TÉC: SOLTA SONORA - MONALISA SOARES - 33”

LOC: Além da possibilidade de mudança na legislação para a ocupação dos assentos, outras alternativas desenvolvidas pelo Estado podem ser pensadas, como explica a vereadora Larissa Gaspar./

TÉC: SOLTA SONORA - LARISSA GASPAR - 20”

LOC: Agora para, e pensa comigo: então o que nós poderíamos fazer para termos mais mulheres eleitas?/

TÉC: SOBE BG

TÉC: SOLTA SONORAS - FORMAÇÃO - 17”

LOC: É unânime./ Todos nós precisamos entender sobre o processo político, mas uma mulher que deseja se candidatar precisa ainda mais./ Ambientes educativos, que podem começar ainda nas escolas, contribuem para que mulheres cheguem às campanhas e parlamentos mais preparadas, como afirma a cientista política e doutora em sociologia pela Universidade Federal do Ceará, Paula Vieira. /

TÉC: SOLTA SONORA - PAULA VIEIRA - 28”

LOC: Foi pensando nessa necessidade de formação feminina que o grupo de extensão da Universidade Federal do Ceará, Ágora, desenvolveu o projeto Flor de Mandacaru./ A iniciativa realiza instrução para mulheres que desejam se candidatar./ A estudante de direito Vitória Olinda e coordenadora do projeto explica como ajuda essas pessoas./

TÉC: SOLTA SONORA - VITÓRIA OLINDA - 54”

LOC: A primeira edição do curso foi realizada voltando-se para as eleições de 2020./ No entanto, Vitória Olinda acredita que posteriormente o curso pode abordar o preparo emocional de mulheres que desejam concorrer às eleições./

TÉC: SOLTA SONORA - VITÓRIA OLINDA - 44”

LOC: Assim como o projeto Flor de Mandacaru, outras iniciativas podem fomentar e abrir caminhos para que as mulheres consigam garantir igualdade de gênero no ambiente político./ Para vereadora Adriana Gerônimo, coletivos e espaços de formação social fortalece mulheres./

TÉC: SOLTA SONORA - ADRIANA GERÔNIMO - 30”

LOC: Políticas públicas como a lei de cota de 30% e iniciativas da sociedade civil podem ser decisivos para que possamos ver mais mulheres decidindo por nós na

política./ E esses esforços precisam ser contínuos para que a paridade de gênero na política se torne realidade.//

TÉC: SOLTA TRILHA SONORA E VAI A BG - TODXS PUTXS - 30”

LOC: Além de todos os esforços na política partidária, mulheres se destacam em outro contexto político: o de movimentos sociais./ No próximo bloco iremos contar histórias de mulheres que encaram a política e a busca por transformação social de uma maneira diferente.//

TÉC: SOLTA SAÍDA DE BLOCO

BLOCO 3

TÉC: SOLTA ENTRADA DE BLOCO

TÉC: VAI A BG

LOC: Quando falamos em alcançar mais representação feminina em cargos políticos pensamos em parlamentos, em prefeituras e, por que não, na presidência da república?/ Apesar de culminar nesses cargos tradicionais, a luta política também está nos movimentos sociais./ Sejam eles sindicais, estudantis ou bairristas, as mulheres têm se mostrado ativas nas lutas sociais no Brasil. /

LOC: A história de Maraya Melo se relaciona com a maioria de meninas que resolvem participar de movimentos sociais: uma trajetória que se inicia a partir dos ambientes educacionais./

TÉC: SOLTA SONORA - MARAYA MELO - 53”

LOC: Para Graça da Costa, sindicalista há mais de 35 anos, o movimento para se tornar uma liderança também partiu da escola, mas nesse caso, enquanto professora de uma escola do sertão cearense./

TÉC: SOLTA SONORA - GRAÇA COSTA - 45”

LOC: o contato com a realidade vivida pelas crianças e servidores de seu trabalho foi o que impulsionou a participação de Graça Costa em movimentos sociais./

TÉC: SOLTA SONORA - GRAÇA COSTA - 39”

LOC: Apesar de estar em posição de liderança, Maraya Melo, estudante e presidente de DCE da Universidade do Vale do Acaraú, em Sobral, afirma que ainda é difícil para mulheres se inserir em lugares de poder./

TÉC: SOLTA SONORA - MARAYA MELO - 40”

LOC: Segundo a pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia, Paula Vieira, para fortalecer a atuação nesse ambiente é simples: mulheres precisam participar./

TÉC: SOLTA SONORA - PAULA VIEIRA - 30”

LOC: Esse recorte socio-econômico é necessário na medida em que a periferia se torna um espaço hostil para construção de meninas líderes./ Paula Vieira conta sobre como meninas encaram esse contexto./

TÉC: SOLTA SONORA - PAULA VIEIRA - 45”

TÉC: SOLTA TRILHA SONORA E VAI A BG - TRISTE, LOUCA OU MÁ - 40”

LOC: Além de promovermos esse encontro de meninas e mulheres com movimentos sociais, de poder, é preciso compreender de que maneira a experiência em sindicatos e movimentos estudantis pode contribuir para que mais mulheres participem da política institucional./

LOC: Graça Costa, que atualmente é presidente da CUT nacional, afirma que essa bagagem dos movimentos sociais é importante para disputar um cargo político. Principalmente se você for mulher./

TÉC: SOLTA SONORA - GRAÇA COSTA - 54”

LOC: A cientista política Paula Vieira afirma que a transformação a respeito da representatividade feminina na política é possível e deve começar de agora./

TÉC: SOLTA SONORA - PAULA VIEIRA - 37”

LOC: Para a sindicalista Graça Costa, a revolução e transformação democrática é sentida nas pequenas conquistas./

TÉC: SOLTA SONORA - GRAÇA COSTA - 35”

TÉC: SOLTA TRILHA SONORA E VAI A BG - RODA - 28”

LOC: O caminho até a equidade de gênero é custoso./ Se mantermos esse ritmo de eleições femininas, o Ceará só vai conseguir a igualdade entre homens e mulheres nas câmaras municipais em 2085./ No entanto, ao abrir novos espaços para mulheres no poder, depositamos mais um pouco de coragem em cada uma./

TÉC: SOBE BG, DEIXA 5”

TÉC: DESCE BG

LOC: E mesmo sabendo que a inserção da mulher na política é assunto que não se esgota, chega ao fim o radiodocumentário “Mulheres na Política: paridade possível”. A produção experimental é realizada pelo curso de Comunicação Social, com

habilitação em jornalismo, da Universidade Federal do Ceará./ Com produção, edição e locução de Calianne Celedônio e orientação geral de Ismar Capistrano.//

TÉC: SOBE BG - 5”